------- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 2014 -------

---------- ATA NÚMERO CATORZE/DOIS MIL E CATORZE ----------

---------- Aos vinte dias do mês de junho do ano de dois mil e catorze, nesta Vila de Oeiras, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu extraordinária e devidamente convocada para o efeito, a Câmara Municipal de Oeiras, sob a Presidência do Senhor Vice-Presidente Carlos Alberto Ferreira Morgado, estando presentes os Senhores Vereadores Doutor Ângelo Cipriano da Cunha Fialho e Pereira, Doutor Marcos de Sá Rodrigues, Doutora Maria Madalena Pereira da Silva Castro, Engenheiro António Ricardo Henriques da Costa Barros, Ricardo Lino Carvalho Rodrigues, Engenheiro Nuno Afonso Quaresma Boavida, em substituição de Engenheiro Daniel dos Reis Branco, Doutora Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Professora Doutora Marlene Braz Rodrigues, Orlando Tavares, em substituição de Doutor Alexandre Manuel Pereira Martins da Luz.----------

---------- Faltou o Senhor Presidente, Doutor Paulo César Sanches Casinhas da Silva Vistas, tendo a Câmara considerado justificada a respetiva falta.----------

1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS: ----------

---------- Às dezassete horas e cinquenta minutos, o Senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião e submeteu à votação a respetiva ordem de trabalhos que foi aprovada, por unanimidade dos presentes. ----------

2 - PROPOSTA Nº. 446/14 - DAGF - APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DE 2013: ----------

---------- I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Presidente: ----------

---------- "Primeiro - Introdução: ----------

---------- Dando cumprimento ao determinado no artigo septuagésimo sexto do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei número

setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro, em conjugação com o disposto nos artigos trigésimo terceiro, número um, alínea i), e trigésimo quinto, número um, alínea j), ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais (doravante RJAL), aprovado pela Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, apresentam-se ao Órgão Executivo Municipal para aprovação e ao Órgão Deliberativo Municipal para apreciação e votação, os documentos de Prestação de Contas Consolidadas da Autarquia relativos ao ano de dois mil e treze, nos termos do número dois, das Considerações Técnicas, anexas ao POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei número cinquenta e quatro A, de noventa e nove, de vinte e dois de fevereiro, com as alterações que lhe foram introduzidas. ----------

----------Segundo - Análise: ----------

----------O presente documento cumpre o determinado no artigo septuagésimo sexto, da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro, que resulta da apreciação do auditor externo às contas consolidadas, elaboradas de acordo com o artigo septuagésimo quinto do mesmo diploma legal. ----------

----------Sendo ainda de referir que os procedimentos contabilísticos adotados para a consolidação foram os definidos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, conjugados com a Portaria número quatrocentos e setenta e quatro, de dois mil e dez, de quinze de junho, através da qual foi aprovada a Orientação número um, de dois mil e dez, intitulada de "Orientação Genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público".----------

----------Terceiro - Fundamentação Legal e/ou Regulamentar:----------

----------Artigos septuagésimo sexto, número um, da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro, conjugado com os artigos vigésimo sétimo, número dois, trigésimo terceiro, número um, alínea i) e trigésimo quinto, número um, alínea j), todos do RJAL.----------

----------Quarto - Proposta: ----------

----------Propõe-se que o Executivo Municipal aprove o documento das Contas Consolidadas

e subsequentemente o submeta à apreciação da Assembleia Municipal para apreciação e votação, nos termos dos artigos vigésimo sétimo, número dois e trigésimo terceiro, número um, alínea i), ambos do RJAL.” ----------

---------- II - A **Senhora Vereadora Madalena Castro** começou por perguntou se se confirmava que a proposta em questão também tinha um provisionamento relativo às empresas municipais e participadas.----------

---------- A **Senhora Vereadora Alexandra Moura** referiu que gostaria que fosse feita uma resenha relativa à diferença da consolidação integral, por existirem três parâmetros de integração e de consolidação das contas.----------

---------- Da leitura que fez do relatório não percebeu qual era a diferença, para além da percentagem que era atribuída e se foi considerado, no caso de o ser, entre vinte e cinquenta por cento tinha uma classificação e no caso de ser acima de cinquenta por cento tinha outra, sendo que os SIMAS também tinham cinquenta por cento e era diferente, pelo que gostaria de perceber quais é que eram as diferenças das diferentes formas de consolidação.----------

---------- Colocadas as questões a **doutora Maria Emília Xavier** passou a esclarecer que aquele não era um trabalho fácil e que era a primeira vez que estava a fazer uma consolidação mais alargada, porque anteriormente era obrigada a consolidar só com as empresas a cem por cento e sempre foi entendido que em relação aos SIMAS, contrariamente à sua opinião, mas acabou por aferir que seria assim. ----------

---------- A Amadora não consolidava e Oeiras consolidava com os SIMAS a cem por cento e foi dessa forma que foi feito e, por isso, é que no ano em curso não existia modo para comparar com o ano anterior, porque no corrente ano e de acordo com a lei que saiu o perímetro de consolidação foi alargado. ----------

---------- Passou a responder à questão colocada pela Senhora Vereadora Madalena Castro, que consistia no facto de haver geração de responsabilidade, a única demonstração financeira que

poderia gerar responsabilidade era individual, era de cada uma das empresas e não da Câmara.---

----------A consolidação era uma mera agregação sofisticada das contas individuais, com o objetivo de servir para fins estatísticos, ter uma visão de conjunto e fazer-se, se assim o entendessem, uma análise económico/financeira mais fina, como por exemplo, comparar/consolidar com o balanço só da Câmara, permitindo desse modo, apenas uma visão de conjunto. No grupo do consolidado não havia provisões com as consolidadas, porque se se reparasse e a doutora Zara fez chegar à Senhora Vereadora um mapa mais elucidativo, podendo verificar através do mesmo que elas estavam a zero, ou seja, elas eram responsáveis lá nas contas delas, não era ali, porque a Câmara não era responsável aí, ela só era responsável pelo endividamento, mas isso já todos sabiam e se se comparasse o capital próprio das empresas mais o da Câmara, se não tivessem ali algumas empresas a consolidar com a Câmara a cem por cento e não era preciso que fossem todas a cem por cento, mas algumas que tivessem resultados positivos que influenciavam grandemente aquele resultado, como era os SIMAS e a Parques Tejo, sendo por essa razão que havia um valor acima, mas se todas as outras estivessem negativas, como o caso da Habitágua, da Oeiras Viva, da Município, da Lemo e da Satuo, então aí a situação era muito para baixa e não era isso que se estava a verificar.----------

----------De facto a Parques Tejo e os cinquenta por cento dos SIMAS levantaram o valor da Câmara, de vinte e três para vinte e sete milhões, questionando o **Senhor Vereador Ricardo Rodrigues** mesmo com as negativas, volvendo a **doutora Maria Emília Xavier** que se se tivesse só as negativas e as outras não tivessem, ia para baixo, mas não tinham, o que tinham era aqueles resultados a influenciar positivamente o resultado do Município.----------

----------O que de facto trazia responsabilidades e isso era decorrente da Lei número cinquenta como todos sabiam era o endividamento e isso só havia uma maneira de não assumir a responsabilidade, era não haver empresas, mas essa decisão não lhe cabia a si, mas sim aos Senhores Vereadores, mas isso era em relação ao endividamento, porque esse endividamento é

que trazia responsabilidade, o resto não.----------

---------- De novo no uso da palavra a **Senhora Vereadora Alexandra Moura** inquiriu, com a alteração prevista que se imaginava que pudesse vir a acontecer com o SIMAS, quais eram as repercussões que teriam na consolidação das contas com essa alteração. ----------

---------- Reportou-se, de seguida, a um quadro na página trinta e um, que referia entidades que não tinham sido consideradas no perímetro da consolidação, nomeadamente a AMTRES, o ISQ, o TAGUSPARQUE, a OEINERGE, a AITEC, SANEST e AMEM, tendo ficado confusa porque por exemplo a AMEM estava acima dos vinte por cento, tinha sessenta e seis por cento.--

---------- Numa leitura simplista de quem não era da área, para si, a AMEM deveria ser considerada da mesma forma como a OEINERGE e a AITEC que tinha cinquenta por cento. -----

---------- Antes de passar a palavra ao doutor Eduardo Rego na qualidade de ROC, para que o mesmo elucidasse a Senhora Vereadora, a **doutora Maria Emília Xavier** referiu que a consolidação estava feita, mas existia ali um pormenor que gostaria que o Executivo tivesse consciência e que era o seguinte: nas fórmulas de apresentação das compensações e descompensações que era preciso fazer, havia ali uns "acertozinhos" que não mudavam em nada o resultado da consolidação, não sabia fazer de outra maneira, solicitando ao Executivo a aprovação, corrigiam-se essas discrepâncias, a proposta voltava de novo a reunião e seguia para a Assembleia Municipal como deveria ser.----------

---------- O **doutor Eduardo Rego** referiu que respondendo à questão dos três métodos existia a consolidação integral para as empresas, onde existia um controlo efetivo sobre a gestão, em que o Município detinha capital superior a cinquenta e um por cento, ou através dos administradores que lá foram colocados influenciar diretamente a gestão e os resultados das empresas. - ----------

---------- Poder-se-ia dar o caso de não haver mais do que cinquenta e um por cento e ser necessário consolidar da mesma forma, ou seja, pelo método integral.----------

----------Se houver cartas de conforto ou algo parecido devido a financiamentos, também poderia acontecer.----------

----------Apenas nos SIMAS havia agregação, porque estava previsto na Lei que nos SIMAS fosse feita por agregação. Era uma soma aritmética na proporção de cada participação dos Municípios. ----------

----------Admitia os cinquenta por cento que era o que tinha sido tradicional, sendo a diferença em relação ao ano anterior que tinha sido consolidada a cem por cento e reconhecia-se a diferença como interesse minoritário, que seria a Amadora. ----------

----------O terceiro método de equivalência patrimonial não era um método de consolidar, mas reconhecer nas contas do grupo os resultados da participada, nesse caso da EIA onde a Câmara não tinha um controlo efetivo sobre a empresa. ----------

----------Todas as que estavam abaixo dos vinte por cento estavam excluídas e, por isso, não havia controlo.----------

----------Continuando, explicou que a AMEM era uma entidade consolidante, porque tinha uma participação por baixo, consolidava e estava fora. ----------

----------Se for consultada a Certidão do Registo Comercial a Câmara é que detinha o capital e não a AMEM. A AMEM nem sequer devia existir, porque eram associações e como tal não entravam no perímetro, não se podia dizer que havia uma percentagem de capital, fez-se um contributo para o Fundo Patrimonial delas, acontecendo o mesmo com a Fundação Marquês de Pombal que foi considerado que não deveria ser consolidado.----------

----------A Tratolixo será consolidada noutra associação, que será a AMTRES.----------

----------Prosseguindo explicou que existiam três entidades: os Municípios, as Associações Municipais e as Associações Intermunicipais, onde estavam englobadas as participadas.----------

----------O **Senhor Vereador Marcos Sá** questionou se estava a dizer que aquele que tiver um problema grave, como era o caso da Tratolixo, que era a empresa que mais dívida tinha em

todo o universo, apesar da percentagem da Câmara, não estava consolidada e nem estava prevista a sua consolidação, explicando o **doutor Eduardo Rego** que ela não consolidava, porque se houver responsabilidade era através da AMTRES, questionando a **Senhora Vereadora Alexandra Moura** de quem era a responsabilidade da AMTRES, respondendo o **doutor Eduardo Rego** que era dos Municípios mas não numa lógica de consolidação de grupo municipal, porque estava fora do perímetro. ----------

---------- A **Senhora Vereadora Madalena Castro** disse que hoje a explicação tinha sido mais clara, por isso tinha percebido um pouco melhor. ----------

---------- Continuando, disse que tinha percebido que era a primeira vez que a Câmara apreciava esta proposta, por força legal, embora a consolidação seja positiva, não afetando por isso os resultados da Câmara, mas ao nível do futuro gostava de perceber se o que estava a votar e se com esse universo de entidades implicava responsabilidade, ou seja, se o Executivo estava a garantir as dívidas das empresas individualmente consideradas, isto é, se o Executivo aprovar o Relatório se estavam a caucionar para o futuro, ou, como a doutora Maria Emília Xavier disse, era uma responsabilidade das Administrações, individualmente, retorquindo a **doutora Maria Emília Xavier** que era das contas deles, volvendo a **Senhora Vereadora Madalena Castro** que no caso do SATUO que além da AMTRES era a que mais preocupava o Executivo, porque tinha dívidas muito elevadas, se tivesse que fechar, tendo uma dívida de vinte milhões de prejuízo, detendo a Câmara quarenta e nove por cento, gostaria de saber se a Câmara era responsável pelas dívidas na proporção do seu capital social, ou se imperava nesse caso o acordo parassocial que dizia que a Câmara não era responsável, tanto mais que já expressou vontade de fechar, pelo menos enquanto não atingir uma procura e um nível de clientes que tendencialmente aponte para a sustentabilidade do sistema. ----------

---------- O **doutor Eduardo Rego** referiu que a Lei cinquenta que regulava a contribuição da Câmara e o que os outros acionistas teriam que comparticipar nos prejuízos e, por essa via, o

parassocial regulava apenas a relação entre os acionistas. Numa primeira fase poderá ser a Câmara chamada a cobrir os prejuízos, mas ao abrigo do acordo parassocial se estiver estabelecido que não assumirá, então esse valor será pedido ao acionista privado, atalhando a **doutora Maria Emília Xavier** que tanto mais que essa situação tinha sido enviada para a IGF , argumentando o **Senhor Vereador Marcos Sá** que a IGF disse o contrário do que a Câmara andava a dizer, salientando a **doutora Maria Emília Xavier** que só podia responder por aquilo que sabia e o que tinha feito nas contas, atalhando o **Senhor Vereador Marcos Sá** que a questão era muito relevante, opinando a **doutora Maria Emília Xavier** que tal como tinha referido o doutor Eduardo Rego a Lei cinquenta regulava essas situações e a Câmara tinha um acordo parassocial e um parecer jurídico, sendo certo que a IGF não tinha dado resposta ao ofício enviado pela Câmara. ----------

----------A **Senhora Vereadora Madalena Castro** questionou se a proposta iria para a Assembleia Municipal, para a IGF e para o Tribunal de Contas, respondendo a **doutora Maria Emília Xavier** que ia para todos esses sítios, a exemplo do que acontecia com a Conta e todos os outros documentos que tinha que ser enviada durante o mês de junho.----------

----------A **Senhora Vereadora Alexandra Moura** sobre a conversa havida sobre a Municípia e de quem era a responsabilidade, quando foi apreciado o Relatório, a apreciação feita pelo PS era negativa, de certa forma a consolidação da Municípia no âmbito do Relatório em análise como uma empresa de responsabilidade em que o controlo era efetivo sobre a gestão, vinha dar razão aquilo que afirmou na quarta-feira passada e contrariava a leitura feita pelo Senhor Vice-Presidente que a Câmara não tinha que ser informada, previamente, sobre a questão dos vinte e cinco por cento de despedimentos, porque se o Executivo tinha controlo sobre a gestão efetiva dessa empresa, então, significava, numa leitura política e não só, que o Executivo tinha que ter conhecimento das medidas que os Conselhos de Administração estavam a tentar implementar para reduzir a sua liquidez negativa, razão por que o voto do PS será um voto

político, devendo isso ficar claro, pois não terá a ver com o facto de as contas estarem bem ou mal consolidadas, porque tinha que ser honesta e dizer que a bancada do PS não tinha capacidade para fazer essa avaliação, por isso partiam do pressuposto que as contas estavam bem consolidadas, sendo certo que ao longo do tempo o PS tinha votado contra muitas situações.------

---------- Fazendo o somatório das leituras feitas, como se o Relatório em análise permitisse somar todas as anteriores propostas que apreciaram ou votaram negativamente, o voto do PS será desfavorável. Não podia deixar de referir uma dúvida que tinha a ver com a consolidação do SATUO e sobre tudo o que tinham andado a dizer em relação ao SATUO desde o ano dois mil e dez, sendo claro que um dia chegariam a esse ponto, já que disseram muitas vezes e havia repetidas atas da Assembleia Municipal onde falaram no receito que o PS tinha que a legislação um dia apontasse para a consolidação de uma empresa como a SATUO, que de ano para ano vai somando prejuízos e um dia, mais cedo, ou mais tarde, a Câmara Municipal terá que assumir esse prejuízo. -- ----------

---------- A questão jurídica e o desempate no Tribunal já ultrapassava o PS, mas, do ponto de vista político, diziam desde dois mil e dez, que estava na altura do Setor Empresarial Local não ser olhado nem usado para fazer experiências, nem balões de ensaio. Era preciso criar uma linha de orientação estratégica e o Relatório em apreciação dizia isso, para todo o Setor Empresarial Local, porque como disse a doutora Maria Emília Xavier os SIMAS e a Parques Tejo equilibraram as contas, por alguma razão no passado houve uma intenção de fazer a fusão entre a Parques Tejo, a Oeiras Viva, a Habitágua e a Lemo, porque as Parques Tejo tinha resultados positivos suficientes para cobrir os resultados negativos das outras, sabendo todos que a Lemo tinha um situação altamente deficitária. ----------

---------- Repetiu que o voto era uma questão política e irá continuar a ter em atenção a necessidade de se olhar para o assunto como uma questão estratégica de manutenção das contas positivas do Município de Oeiras para o futuro e de garantir a "sobrevivência" financeira e de

boa saúde da Câmara Municipal. ----------

----------O **Senhor Vice-Presidente** respeitando a opinião do PS, em relação ao Setor Empresarial Local, disse que como era sabido, havia um grupo de trabalho a desenvolver um documento tendo em vista estratégias do futuro das várias empresas, por isso era de opinião que se deveria aguardar pela conclusão desse documento. ----------

----------III - A Câmara, por maioria, com voto contra dos Senhores Vereadores Marcos Sá, Alexandra Moura e Nuno Boavida, deliberou aprovar o proposto.----------

----------IV - A **Senhora Vereadora Alexandra Moura** fez a seguinte declaração de voto: ---

----------"Considerando a votação do Partido Socialista nas seguintes propostas de deliberação: ----------

----------Votou contra na proposta de deliberação duzentos e trinta e um, de dois mil e catorze - Aprovação dos documentos de prestação de contas de dois mil e treze, da CMO; --------

----------Votou contra na proposta de deliberação cento e vinte e sete, de dois mil e catorze - Contrato programa com a Oeiras Viva, E.M., para atribuição de subvenção de apoio à exploração das piscinas municipais, não por estar contra a utilização deste instrumento de gestão, mas por considerar que desta forma manter-se-ão os resultados negativos da empresa, o que terá como consequência o fecho da mesma; ----------

----------Abstenção na proposta de deliberação trezentos e dezasseis, de dois mil e catorze - Relatório e Contas de dois mil e treze, da Parques Tejo, tendo o PS tido a oportunidade de referir, como exemplo, a incorreta contabilização dos lugares de estacionamento refletidos no Relatório e Contas de dois mil e treze.----------

----------Não foram conclusivos os esclarecimentos prestados pelo Conselho de Administração atual, deixando claro o seu posicionamento relativamente às contas do passado. --

----------O PS absteve-se na aprovação do Relatório e Contas, precisamente porque ele dizia respeito a um mandato passado tendo levantado as mais sérias reservas sobre a forma como

foram conduzidas algumas áreas dentro da empresa. ----------

---------- -Votou favorável na proposta de deliberação trezentos e seis, de dois mil e catorze - Relatório e Contas de dois mil e treze, dos SIMAS; ----------

---------- -Votou contra na proposta de deliberação trezentos e sessenta e sete, de dois mil e catorze - Relatório e Contas de dois mil e treze, da Habitágua. Esta empresa apresentou um resultado líquido negativo de trezentos mil euros e uma redução do volume de negócios de vinte e um vírgula vinte e nove por cento. O PS manifestou à data a sua perplexidade com a ausência de orientações estratégicas por parte do sócio único, CMO e com a passividade com que se enfrenta a total dependência da Habitágua na celebração de contratos para a manutenção do parque habitacional da CMO ainda não celebrados, pondo em causa o futuro da Habitágua; -------

---------- Votou favorável a proposta de deliberação duzentos e treze, de dois mil e catorze - Dissolução e entrada em liquidação do LEMO; ----------

---------- - Votou contra na proposta de deliberação trezentos e noventa e um, de dois mil e catorze - Aprovação do sentido de voto da CMO, no projeto de reestruturação societária da E.I.A., por considerar que as dúvidas levantadas quanto à regularidade do ato, não foram esclarecidas;----------

---------- -Apreciação negativa da proposta de deliberação quatrocentos e dezoito, de dois mil e catorze - Relatório e Contas de dois mil e treze, da Municípia, por se considerar que os atos de gestão de catorze anos de exercício, tem nove anos de resultados líquidos negativos, o que põe em causa a continuidade da empresa; ----------

---------- -Apreciação negativa da proposta de deliberação trezentos e vinte e três, de dois mil e catorze - Relatório e Contas de dois mil e treze, da SATUO, dado que a empresa continua a somar resultados negativos que, no entender do PS, há já muitos anos, terão consequências negativas nas contas do Município. ----------

---------- E dado que a proposta hoje presente ao Executivo, consolida as contas das empresas

municipais que tem participação do Município acima dos vinte por cento, estando estas, maioritariamente em situação de, ou a caminho da insolvência, o PS reitera hoje, o que desde dois mil e dez tem afirmado, que o caminho para o Setor Empresarial Local passaria sempre pela análise das diferentes situações financeiras, remetendo para as empresas orientações muito precisas sobre as medidas que deveriam ter sido aplicadas em tempo e a tempo.----------

----------Consideramos ainda chocante, a leveza com que se apresenta o documento com a consolidação integral da SATUO nas contas do Município e recorda-se, que o parecer da IGF em dois mil e dez, reiterou a obrigação da consolidação financeira decorrente dos desvios financeiros negativos dos sócios, na proporção da respetiva participação social. ----------

----------A este propósito o PS sempre solicitou a melhor atenção para esta questão por parte do Executivo Camarário, que como é do conhecimento de todos, teve sempre uma resposta negativa e até em alguns momentos jocosa. ----------

----------As recentes alterações legislativas vieram dar razão ao PS. A gestão da cosia pública não pode ser encarada como se de balões de ensaio se tratasse, onde se experienciam modelos alternativos ou mesmo à margem da lei vigente.----------

----------Por todas as razões enumeradas e apesar do pouco tempo para análise da proposta de deliberação em causa, o PS vota contra.” ----------

----------V - O **Senhor Vereador Nuno Boavida** fez a seguinte declaração de voto:----------

----------“A CDU votou contra a Aprovação dos Documentos de Prestação de Contas Consolidadas de dois mil e treze, porque:----------

----------Um - Sendo um documento que aparece pela primeira vez, por imposição da Lei, não é possível fazer comparações fidedignas com anos anteriores, mas é importante pelo melhor conhecimento que dá da situação expressa nas contas das várias entidades;----------

----------Dois - Manifestamos o nosso apreço pelo bom trabalho produzidos por quem teve de se ocupar da elaboração do documento em apreço;----------

---------- Três - Registamos a referência feita ao esforço de contenção das despesas e da procura de soluções que diminuíram a "pressão" das despesas de empresas do Setor Empresarial Local e das participações da CMO noutras empresas, medidas que em nosso entender devem continuar a ser prosseguidas para reduzir o alto volume de encargos que têm recaído sobre o Município; ----------

---------- Quatro - Em consonância com as posições anteriormente assumidas pela CDU, aquando da apreciação e da votação dos documentos de contas das diversas entidades agora consolidadas, designadamente, em relação aos Documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal e dos SIMAS, bem como às questões relativas à SATU, à LEMO e à Parques Tejo, a posição da CDU não pode ser diferente do voto contra." ----------

---------- VI - A **Senhora Vereadora Madalena Castro** fez a seguinte declaração de voto: ----

---------- "O meu voto favorável decorre da integração num grupo político nesta Câmara. Decorre pelas declarações feitas pelos Dirigentes e pelo ROC, mas, perante a imposição legal, a que nós, no exercício de cargos políticos somos chamados a votar questões eminentemente técnicas, eu deixo a sugestão que a Câmara comece a refletir sobre a contratualização de auditorias externas às empresas do Setor Empresarial Local." ----------

---------- VII - A **doutora Maria Emília** disse que gostaria de deixar expresso que este era um trabalho extremamente difícil, que tinha sido feito pela doutora Zara, mas teve a ajuda espetacular, quer do ROC, quer da doutora Ana Calado Pinto, sendo essa a realidade. ----------

---------- O **Senhor Vice-Presidente** agradeceu o contributo da doutora Maria Emília Xavier, o contributo do ROC - doutor Eduardo Rego, bem como da doutora Sónia Teodoro. ----------

---------- Os documentos em causa, dão-se aqui como transcritos, ficando arquivados em Pasta Anexa ao Livro de Atas, nos termos do número um, do artigo quinto, do Decreto-Lei número quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de novembro de mil novecentos e sessenta e três, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei número trezentos e trinta e

quatro, de oitenta e dois, de dezanove de agosto. ----------

3 - PROPOSTA Nº. 451/14 – DPM - O PAPEL DOS MUNICÍPIOS NA GESTÃO DOS TRANSPORTES PÚBLICOS: ----------

----------O **Senhor Vereador Marcos Sá** no uso da palavra perguntou se seria possível retirar a proposta e refazê-la de novo com cabeça, tronco e membros, para que de certa maneira todos se revisem nisso, porque muito sinceramente e pelo respeito que tinha pelo Senhor Presidente da Câmara de Loures, doutor Bernardino Soares, pessoa que conhecia e admirava e tinha um estilo pessoal, não parecia de bom senso, enquanto Câmara Municipal, pegar numa Moção que foi feita pela Câmara Municipal de Loures e "chapá-la", "chapa cinco" com uma proposta de deliberação da Câmara Municipal de Oeiras, com uma série de coisas que foram coladas, sem estar minimamente estruturada, sem ter tido a mínima reflexão, sem estar com o mínimo de lógica, quando terá que ser informado o Município de Oeiras, relativamente à deliberação que se irá tomar, considerando isso uma coisa absolutamente extraordinária. ----------

----------Na sua opinião, deviam pegar nisso e olhar como devia ser, e não falar só na questão do Metro e da Carris, por exemplo, como fez a Câmara de Loures e bem, pois não tinha propriamente a Linha de Cascais logo ali no Município, não tinha que se referir a isso, como era o exemplo do Concelho de Oeiras, que tinha que se referir a essa matéria. ----------

----------O Partido Socialista já por diversas vezes disse, que o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras devia tomar uma posição e não podia esquecer que o atual Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, para além de Presidente da Câmara Municipal de Oeiras era Vice-Presidente da Área Metropolitana de Lisboa, responsável pelos transportes. ----------

----------Era pena o Senhor Presidente não estar presente na reunião, pois iria pergunta-lhe que posição política tomou na área metropolitana e, principalmente, na área dos transportes. -----

----------Na sua opinião, seria muito interessante ter esse debate, porque sempre que se levantavam questões relativas à CP, por exemplo, as posições eram contrárias, dando um

exemplo, se bem se recordava, o PS defendia que esse serviço de transporte devia continuar na esfera pública e o Senhor Presidente da Câmara Municipal Oeiras, disse que tanto lhe fazia e se fosse para o privado se calhar seria melhor.----------

---------- O Executivo tinha que ter uma linha política que representasse o Município todo. Resumindo e pegando na questão formal da proposta, que não estava bem-feita do ponto de vista do conteúdo e do ponto de vista estrutural do pensamento político nessa área, pensava que seria importante, sendo uma matéria muito sensível, ver o que foi feito no Município de Loures, o que foi aprovado nos outros municípios e fazer uma reflexão em conjunto em que saia uma posição que toque todos os pontos do setor dos transportes no Município de Oeiras e para benefício da população, a proposta ser aprovada, por unanimidade.----------

---------- O **Senhor Vereador Ricardo Rodrigues** disse que primeiro falou o Senhor Vereador Marcos Sá, mas a posição do PSD era a mesma, portanto, se não for retirada, nem for mudada, votarão contra, acrescentando que concordava com o Senhor Vereador Marcos Sá que devia ser conhecida a posição que tinha o Senhor Presidente da Câmara Municipal na área dos transportes, mas também gostava de conhecer a posição do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, que era o doutor António Costa.----------

---------- O **Senhor Vereador Marcos Sá** interveio dizendo que relativamente à matéria dos transportes públicos o doutor António Costa tinha uma posição muito clara, assim como tinha sobre a municipalização do transporte da Carris e da questão do Metro de Lisboa. Sobre essa matéria estava à vontade, aquilo que considerava importante era saber a posição clara e o que pensava o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, ou seja, sabia que era a favor da privatização da CP da Linha de Cascais, tinham posições diferentes, mas, tomar uma posição sem haver uma reflexão e sem haver entendimento sobre as questões importantes, achava que não valia a pena.----------

---------- Deu os parabéns à Câmara Municipal de Loures pelo trabalho que fez e pela posição

que marcou, mas o Executivo de Oeiras não podia tomar a mesma posição sem contexto nenhum relativamente a Oeiras, não fazia sentido absolutamente nenhum, e era essa reflexão que tinham que fazer, porque o assunto tocava a vida das pessoas. ----------

----------A **Senhora Vereadora Madalena Castro** disse que, independentemente da decisão tomada em relação à proposta de deliberação, o certo é que o Senhor Presidente da Câmara agendou uma proposta de deliberação, portanto havia várias sugestões e uma posição política. ---

----------Também devia dizer ao Senhor Vereador Marcos Sá, que tinha um grande apreço e admiração pelo Senhor Presidente da Câmara de Lisboa, mas a questão dos transportes não era uma questão concelhia, era uma questão extra concelhia e, portanto, o Presidente da Câmara de Lisboa, queria resolver o problema de Lisboa com o Metro e a Carris, questionando pelos que estavam à volta. ----------

----------Havia uma proposta de deliberação que na sua ótica estava bastante bem feita. Era um ”pontapé de saída”, para se começar a mexer nisso, porque a questão dos transportes era uma questão inter concelhia, e era uma questão que não podia ser olhada só por uma cidade, tinha que ter uma visão integrada.----------

----------Todos sabiam que os transportes davam prejuízo, tinha um custo social elevado, mas davam prejuízo a todas as cidades do Mundo, menos a uma zona do Japão, mas no Japão eram “estupidamente” caros, por isso no Japão era equilibrado, mas em todos os restantes países o transporte público dava prejuízo.----------

----------O Governo tinha que pensar, e não só o atual, os anteriores que lá estiveram também deviam ter pensado, como é que devia ser o financiamento dos sistemas e quais eram os objetivos.-- ----------

----------Nesta sede, na sua opinião, isso merecia uma reflexão diferente, mas o facto do Senhor Presidente da Câmara trazer uma proposta de deliberação, já era forma de mostrar a sua opinião, acrescentando que estavam ali os técnicos que com certeza ajudaram na sua elaboração,

que era um "pontapé de saída". ----------

---------- Lembrou que a posição do Grupo de Vereadores do Trânsito e dos Transportes da AML tinha sido consensual com os outros Municípios, nomeadamente, Cascais, Amadora, Sintra e com alguns da margem Sul, no sentido de se olhar para essa problemática, de uma forma integrada, de uma forma racional, olhar para os transportes com objetivo de eficiência, de integração e não daquilo que se viu naquele momento. ----------

---------- Informou que ficou atónita na última reunião que tivera na Autoridade Metropolitana de Lisboa que falaram, se a memória não me falhava, em cerca de quatro mil títulos. ----------

---------- "Isso só em Portugal". ----------

---------- Percebeu por que andava a pedir à Vimeca, há meses, que lhe desse a relação dos títulos que estavam disponíveis para as pessoas poderem comprar, mas quando falaram em quatro mil títulos, "não caiu da cadeira", porque estava sentada. ----------

---------- Concluiu dizendo que o Senhor Vice-Presidente podia tomar a decisão de adiar a discussão da proposta, mas, de facto, o Senhor Presidente da Câmara trouxe uma proposta. -------

---------- O **Senhor Vereador Marcos de Sá** disse que havia duas possibilidades de fazer isso e duas maneiras de criar consensos na Câmara Municipal, mas não podiam continuar a ouvir a questão dos consensos e depois fazerem como queriam e como lhes apetecia, principalmente em relação a questões estruturantes. ----------

---------- Por princípio devia haver, ou pelo menos devia-se procurar o consenso nessas questões, porque, na sua opinião, havia um trabalho que faltava, era uma proposta de deliberação que tinha que ter uma posição da Câmara Municipal, mas era uma posição que vinha da Câmara Municipal de Loures e isso não fazia sentido absolutamente nenhum, "chapar" uma proposta de deliberação da Câmara, por todo o respeito que tinha pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Loures, achava uma coisa absolutamente desastrada no ponto de vista político. -----

---------- Era um desastre e estava a ser sincero, não fazia sentido nenhum, numa questão

sensível, numa questão onde Oeiras tinha conhecimento, onde já tinham sido feitos testes, onde foram feitos estudos de mobilidade e bem-feitos.----------

---------- Esteve a ver na proposta que foram utilizados alguns centros, que nem lhe pareciam ser os mais importantes desse estudo, acrescentando que Oeiras tinha matéria para pegar e para de certa maneira atualizar, porque as coisas foram variando um bocadinho, por isso, se queriam pegar nisso a sério, podiam atualizar esse estudo. Achava que era possível com os recursos internos que a Câmara tinha fazer a atualização desse estudo, que foi feito pela TIS - Transportes, Inovação e Sistemas e só depois apresentar uma proposta que enquadrasse tudo devidamente e marcarem uma posição que seja comum, naquilo que for e mesmo que não seja em todo, pelo menos da sua maioria, colocando essencialmente uma posição de força do Município de Oeiras e não da força política do Movimento Isaltino Oeiras Mais à Frente. Se era o que queriam, era a melhor postura para conseguir esse objetivo.----------

----------Estava disponível para fazer esse tipo de trabalho, acreditava que estavam todos os partidos disponíveis para trabalhar em prol do Município de forma construtiva na perspetiva de apresentar uma proposta em que todos os partidos se conseguissem rever e votar de forma confiante e convicta.----------

----------**O Senhor Vice-Presidente** dirigindo-se ao Senhor Vereador Marcos Sá disse que gostaria de saber a sua reação se em vez de estar "chapada" uma proposta da Câmara de Loures se estivesse "chapada" uma proposta da Câmara de Amadora, se a reação do Senhor Vereador Marcos Sá seria a mesma, retorquindo o **Senhor Vereador Marcos Sá** que nunca tinha visto uma situação dessas em lado algum, atalhando o **Senhor Vice-Presidente**, que não lhe repugnava nada, vindo eles de onde viessem, porque eram exemplos meramente indicativos, concluindo que, como já tinha sido referido anteriormente, era um problema que devia ser tratado a um nível mais alargado, não era cada Município tratar por si só, era um problema que devia ser tratado ao nível da Área Metropolitana de Lisboa e que a proposta era um mero "pontapé de

saída", tendo já ter sido dado esse "pontapé de saída" pela Câmara de Loures. ----------

---------- A ideia da Câmara Municipal de Oeiras era realmente caminhar nesse sentido, até porque conforme dizia na proposta de deliberação, já tinha sido feito um estudo de mobilidade e acessibilidade com data de dois mil e dez, a ideia era reativar esse assunto, porque era um problema que tinha que ser tratado. ----------

---------- A proposta do Senhor Presidente estava muito bem elaborada, respeitava as opiniões de cada força política, mas, na sua opinião o assunto terá muito mais força se existir efetivamente uma unanimidade. ----------

---------- Disse que estará disponível para ouvir os vários contributos das várias forças políticas. Como o Senhor Vereador Marcos Sá disse e muito bem, se for aprovado, por unanimidade, terá uma força completamente diferente do que se for aprovado, por maioria, concluindo que, nesse contexto, estava disponível. ----------

---------- A **Senhora Vereadora Madalena Castro** referiu que não lhe parecia que nenhuma das sugestões do Senhor Vereador Marcos Sá era para lateralizar ou para esquecer, porque todas elas eram compatíveis com a eventual votação da proposta, voltando a referir que a questão dos transportes era uma questão transversal, tanto fazia se foi Loures, se foi Amadora ou mesmo Lisboa, acharia ótimo que fosse Lisboa a efetuar o "pontapé de saída", porque Lisboa sendo a Capital poderá ter um papel fundamental na resolução do problema dos transportes, pois tinha um peso político completamente diferente de Oeiras, de Cascais, da Amadora, ou de qualquer outro Concelho. De facto, chegando a Oeiras através da decisão que foi tomada na Câmara Municipal de Loures, não lhe parecia que fosse incompatível, nem que houvesse grandes diferenças partidárias relativamente aquilo que devia ser o transporte público na AML. ----------

---------- Devia ser feita a atualização do estudo e constituir-se, se for esse entendimento do Senhor Presidente da Câmara, um grupo de trabalho para refletir sobre essa questão, que a iria ajudar imenso quando vai às reuniões do Grupo de Trabalho da AML. ----------

----------Também partilhava da opinião que, partindo de uma força politica completamente diferente, se o voto for, por unanimidade, relativamente a esse olhar que terá que ser direcionado a essa área de serviço público. ----------

----------O **Senhor Vereador Ângelo Pereira** interveio apenas para reforçar o que o Senhor Vereador Ricardo Lino referiu sobre o Partido Social Democrata, ou seja, votava contra, por isso propunha que fosse constituído um grupo de trabalho para que haja uma proposta de Oeiras, participada por todos os partidos e por todas as forças políticas, ou seja, uma posição consensual nessa matéria, dizendo o **Senhor Vereador Marcos Sá** que o PSD estando coligado com o IOMAF, nessa questão não se entendiam, acrescentando que o Senhor Vice-Presidente se estava a rir, mas tinham mais motivos para chorar do que para rir, por uma única razão, em temas estruturantes, e não era pelo facto de estar no Executivo ou não, deviam procurar consensos, porque por um lado era para se ter força e, por outro lado, marcar uma posição que abranja e que represente todos os munícipes, por isso, o que interessava era uma Moção, porque não se sentia à vontade em aprovar uma Moção que nem falasse da CP na Linha de Cascais, quando se estava a falar nos transportes no Município, que eram transportes públicos e não falar na Linha de Cascais, que era provavelmente aquele mais importante que estava inserido no Município de Oeiras que afetava e que era utilizado por mais pessoas no Município de Oeiras. Não fazia sentido nenhum.----------

----------Relativamente aos passes sociais, não estava a falar apenas na perspetiva da Carris, estava a falar no caso de Oeiras, na perspetiva da VIMECA, que tinha também um papel importante, por isso, na sua opinião, devia haver uma reflexão, porque existia muita matéria e muito conhecimento e muita coisa já tinha sido discutida e de certa maneira já estava consensualizada politicamente no âmbito da Área Metropolitana de Lisboa e da Autoridade Metropolitana de Transportes, intervindo a **Senhora Vereadora Madalena Castro** que não estava na Autoridade Metropolitana de Transportes mas sim no Grupo dos Vereadores dos

Transportes, tendo o **Senhor Vereador Marcos Sá** achado que essa parte seria interessante para esse grupo de trabalho ter conhecimento e envolver todas as forças políticas, no sentido de assim marcar uma posição, concluindo que tinha a certeza que o Senhor Vice- Presidente não queria ficar isolado nessa discussão nem em nenhuma outra. ----------

---------- O **Senhor Vereador Ricardo Rodrigues** esclareceu o Senhor Vereador Marcos Sá que o PSD não estava coligado com o IOMAF, o PSD estava coligado com o Município, assim como o Partido Socialista esteve em vários mandatos e como a CDU esteve também vários mandatos.- ----------

---------- O **Senhor Vereador Marcos Sá** referiu que o Partido Socialista quando assumia responsabilidades, assumia de corpo inteiro, portanto o Senhor Vereador Ricardo Rodrigues devia assumir agora que estava coligado com o IOMAF, que era aquilo que andavam a dizer que os Vereadores do PS estavam coligados com o IOMAF e agora o Partido Socialista dizia que os Vereadores do PSD estavam coligados com a IOMAF, portanto não existia problema algum, a linguagem era exatamente a mesma, aliás repetiam aquilo que foi transmitido e de certa maneira fizeram, até porque foram coisas vergonhosas, porque nunca tinha feito de forma negativa para atingir uma pessoa do ponto de vista pessoal e pessoas do PSD no passado fizeram, sendo essa a forma diferente de fazer política, atalhando o **Senhor Vereador Ricardo Rodrigues** que devia assumir o que estava a dizer. Devia dizer quem foi, quando foi, ou seja, devia dizer o nome e não que alguém disse que disse que não disse, volvendo o **Senhor Vereador Marcos Sá** que irá solicitar as atas da Assembleia Municipal das coisas que o PSD disse nessa altura, simplesmente com um objetivo, atingir uma pessoa, salientando o **Senhor Vereador Ricardo Rodrigues** que era melhor trazer também o livro negro de dois mil e cinco se o problema era esse, interrompendo o **Senhor Vice-Presidente** para dizer que a discussão iria terminar. ----------

---------- Continuando pediu ao arquiteto Baptista Fernandes para explicar por que razão escolheram a Câmara de Loures e não outra Câmara qualquer, salientando o **arquiteto Baptista**

Fernandes que não era Loures o exemplo, pois Oeiras alguns anos atrás, ensaiou trazendo uma proposta dessas à Câmara**,** que foi retirada por sugestão do Partido Socialista, quando era Vereador o engenheiro Jorge Jacob. ----------

----------Quando viram a proposta da Câmara Municipal de Loures, que remeteu para todas as Câmaras da Área Metropolitana, sobre um tema que já se tinham pronunciado, mas que não tinha sido aprovado, acharam que seria uma oportunidade voltar a levantar a questão da política dos Transportes da Área Metropolitana de Lisboa, ou seja, questionar o Governo sobre as políticas de transportes, não era falar de um ou de outro operador, era perceber ou obrigar o Governo a ter uma política integrada de transportes na Área Metropolitana de Lisboa.----------

----------Todos os contributos para esse efeito eram válidos, seja da Câmara Municipal de Loures, de Almada, ou de onde vierem, acrescentando que sempre que a Câmara de Oeiras se revir, pelo menos no ponto de vista técnico, não irá falar sobre o Presidente de Loures ou do Barreiro, que fez a proposta, mas os Serviços tinham a independência técnica para reconhecer que a proposta era boa e era alinhada com as posições que tinham vindo a transmitir ao Senhor Presidente da Câmara sempre que suscitavam a conversa sobre esse assunto. ----------

----------O **engenheiro Nuno Graça** passou a citar que desejava apenas acrescentar um dado de que Loures, nesse caso, acabava por estar numa posição periférica relativamente a Lisboa, com quem Oeiras tinha mais viagens, por isso, terá problemas semelhantes aos de Oeiras e não aos de Lisboa propriamente.----------

----------Era um facto que Lisboa tinha uma rede de transportes coletiva em sitio próprio, que foi a única que nos censos conseguiu ganhar passageiros, porque tinha o metropolitano, porque de resto toda a "gente" perdeu em transportes coletivos e o modelo de Oeiras continuava assente no transporte individual, continuando sem conseguir fazer nada, porque estava na tutela do Governo, que já tinha pedido por duas vezes o estudo de mobilidade e acessibilidade, que os Serviços enviaram e continuava sem acontecer nada. ----------

---------- Na sua opinião, a proposta, era para facultar o "pontapé de saída", para inverter a tendência dos setenta e três por cento para o transporte individual, na repartição legal das viagens externas que Oeiras tinha atualmente e que causava bloqueios sérios.----------

---------- **A Senhora Vereadora Alexandra Moura** referiu que teve acesso à ata da reunião onde a proposta foi retirada em dois mil e dez e verificou que a maioria das chamadas de atenção do Vereador Jorge Jacob tinha que ver com o facto de se ter considerado o SATUO como um eixo fundamental e o Senhor Vereador Jorge Jacob levantou variadíssimas questões a esse propósito, quer do ponto de vista técnico, quer do ponto de vista da tecnologia que o sistema utilizava para aquela distância a que estava e aquela que seria suposto ser construída na fase dois e três ou até quiçá na fase quatro. O que era curioso relativamente a isso, foi a discussão onde depois também esteve envolvida a Vereadora Madalena Castro, falando sobre as questões da REFER e as chamadas de atenção sobre as reuniões que tinha tido e considerava que seria importante que esse meio de transporte fosse referido também naquela análise, acrescentando que estava a referir isso apenas para explicar, que havia uma proposta que poderá ser um "pontapé de saída", como também poderia ter sido entendido no ano dois mil dez quando a mesma esteve em cima da mesa, se tivesse efetivamente conseguido voltar a trazer uma proposta como estava referido na ata, porque a ata dizia: "…em resposta ao Senhor Vereador Carlos Oliveira, referiu que era um documento em aberto e que não ia ser votado, mas gostaria de saber como é que o mesmo iria ser melhorado. O Senhor Presidente frisou que o documento seria para reflexão sendo retirado da agenda, que iria ser perfeiçoado e que até ao final do ano, dois mil e dez, voltaria a reunião…", acrescentando que não era por causa de quinze dias, um ano, ou um mês, que poderá haver problemas. Disse isso apenas para explicar porque não estava a dizer que não estavam concordantes com a maioria das orientações ou das linhas genéricas do documento, entendia que o documento tinha que ter mais, nomeadamente a questão da CP tinha que ser pensada e tinha que ser incluída, porque de facto Oeiras e a maioria dos munícipes ou utilizavam

o carro, ou utilizavam o comboio para sair do Concelho, por isso faria sentido que fosse referida e incluída no documento alguma orientação, algum posicionamento político de conjunto sobre as questões também da Linha de Cascais, como diziam em dois mil e dez que tinha trinta anos, não tinha melhoramentos, ou seja, tudo aquilo que tinham vindo a referir. ----------

----------O PS estava de acordo que era preciso haver um "pontapé de saída", mas para efetuar esse "pontapé de saída" podiam perder mais quinze dias ou um mês e dá-lo de uma forma mais consolidada incluindo também a rede de transportes da CP que era fundamental para o Concelho de Oeiras.-- ----------

----------O **Senhor Vice-Presidente** disse que conforme já tinha referido na intervenção anterior, como era óbvio, era uma proposta que devia ter o esforço de todos no sentido de conseguir uma unanimidade. ----------

----------Irá adiar a mesma e esperar os contributos das forças políticas, nomeadamente do Partido Socialista e do Partido Social Democrata no sentido de otimizar e criar uma unanimidade em relação a essa moção, que como era óbvio ganhará muito mais força política. ----------

----------O **Senhor Vereador Marcos Sá** questionou se irão fazer um grupo de trabalho ou não, retorquindo o **Senhor Vice-Presidente** que eventualmente poderá ser criado um grupo de trabalho. --- ----------

----------Por último, o **Senho**r **Vereador Ricardo Rodrigues** em relação ao ponto três, que era exigir que o Governo tome decisões necessárias a manter na esfera pública as empresas de transportes na AML que eram geridas pelo Estado, questionou se isso sugeria que se devesse manter o SATUO. ----------

----------Esta proposta, por decisão do Senhor Vice-Presidente que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião.----------

4 - PROPOSTA Nº 457/14 - GP - MOÇÃO COM VISTA AO EXERCÍCIO DO DIREITO DE PETIÇÃO, A DIRIGIR À ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA - ASSEMBLEIA DISTRITAL DE

LISBOA: ----------

---------- O **Senhor Vereador Marcos Sá** questionou se era mais uma proposta do Senhor Presidente, respondendo afirmativamente o **Senhor Vice-Presidente,** retorquindo o **Senhor Vereador Marcos Sá** que então seria importante fazerem a apresentação dessa proposta, que está muito mais complexa e confusa, acrescentando que tinha algumas questões, que eram de forma e de conteúdo, porque, na sua opinião, não fazia sentido efetuar aquele tipo de proposta de deliberação. ----------

---------- O **Senhor Vice-Presidente** questionou quais eram as dúvidas que o Senhor Vereador Marcos Sá tinha e se achava que a proposta estaria mal elaborada. ----------

---------- O **Senhor Vereador Marcos Sá** disse que estavam a enviar uma proposta à Senhora Presidente da Assembleia da República, fazendo uma proposta de deliberação onde depois se meteu uma petição, juntando um parecer jurídico de mil novecentos e noventa e sete, relativamente a uma matéria e depois naquilo que era essencial, que era na base do que aqueles trabalhadores, enquanto existia um litígio entre o Governo, Autarquias e Assembleias Distritais, não recebiam, porque não estavam a receber o ordenado, neste momento, a Câmara Municipal simplesmente dizia que a sua posição era de não pagar, se tinham património, deviam vendê-lo para resolver este problema. ----------

---------- Se for essa a posição, independentemente do manifesto que se enviará à Senhora Presidente da Assembleia da República, neste momento, a posição do PS será bastante clara, se existia um diferendo entre diferentes entidades estatais, tinha uma certeza, não tinham que ser os trabalhadores dessas entidades a ser prejudicados, acrescentando que a Câmara Municipal não estava ir pelo caminho mais correto. ----------

---------- Não sabia qual era o papel das outras autarquias da Área Metropolitana de Lisboa, se estavam todas a ir pelo mesmo caminho, desconhecia se a Autarquia de Loures, que há pouco tinha servido de exemplo, estava a dizer que também não pagava, assim como talvez não esteja

Vila Franca de Xira, acreditando que o estariam a fazer, concluindo que era necessário saber o que é que estava a ser feito, porque aquilo não fazia sentido absolutamente nenhum. ----------

----------Eram trabalhadores do Estado que não estavam a receber os salários há muitos meses, sendo isso de uma irresponsabilidade, independentemente depois, mais para a frente, se verificar quem era o responsável relativamente a essa matéria e acertarem contas, mas, até lá, não fazia sentido nenhum estarem a pagar aqueles que não decidiram nada politicamente, que eram os trabalhadores da função pública que estavam naquela situação e naquele local específico.------

----------O **Senhor Vice-Presidente** começou por dizer que as Assembleias Distritais foram criadas, num determinado contexto, e no fundo seria uma situação transitória até à criação das Regiões Administrativas, o que nunca veio acontecer, tendo sido uma situação transitória que se transformou em situação definitiva.----------

----------A questão que se levantava, é que eram órgão inócuos, questionando qual era o papel que as Assembleias Distritais tinham, na medida em que a Assembleia Distrital de Lisboa tinha um arqueólogo, um bibliotecário e um chefe. Aliás, por acaso estranhava a posição do PS, porque na última reunião da Assembleia Municipal foi decidido, por unanimidade, que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal em articulação com todas as forças políticas elaborasse um oficio resposta em relação ao que foi feito, que foi enviar cartas para todos os Membros da Assembleia Municipal e Membros do Executivo, logo aí, se via a forma de funcionamento, porque só tinham que enviar um ofício, quer para o Presidente da Câmara, quer para o Presidente da Assembleia Municipal. ----------

----------Na Assembleia Municipal foi decidido, em articulação com todas as forças políticas preparar uma resposta a esse ofício que foi apresentado. ----------

----------Isso provava o esvaziamento da Assembleia Distrital de Lisboa, pois ainda há muito pouco tempo, quer o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Oeiras, quer outro representante da Assembleia Municipal, neste caso o Presidente da União das Juntas de

Freguesia Carnaxide e Queijas, participaram numa reunião, e a atividade relevante do ano de dois mil e catorze era a edição de uma brochura no valor de vinte mil euros. ----------

---------- Por isso, alguma coisa terá que ser feita para mudar o rumo dos acontecimentos, mas só será resolvido através de um processo de revisão constitucional, mas até lá, poderia ser resolvido à semelhança do que aconteceu com os Governos Civis, concluindo que a ideia era precisamente essa.----------

---------- A **Senhora Vereadora Alexandra Moura** começou por dizer que a perspetiva do PS na Assembleia Municipal e na Câmara Municipal era exatamente a mesma, aquilo que foi a opinião dada pelos seus camaradas nessa Assembleia Municipal, foi de responder, em conjunto, a uma carta que todos receberam, que por acaso tinha um "tom" um bocadinho desagradável, para quem a leu. Percebia a zanga do Vice-Presidente, mas também percebia a zanga de quem escrevia, porque na verdade estavam lá três trabalhadores, que independentemente da enorme atividade, de fazer sentido ou não fazer sentido, havia pessoas que não estavam a receber os ordenados e isso era um motivo de preocupação do Partido Socialista, por isso, esperava, depois de na Assembleia Municipal ter sido discutida e ter sido aprovada uma resposta conjunta, mais do que propriamente a apresentação de uma proposta de moção e de uma petição a ser remetida para a Presidente da Assembleia da Republica, esperava que a Câmara adotasse o mesmo caminho por similitude, que a Assembleia Municipal tomou, e que o Senhor Presidente apresentasse uma proposta de moção, para ser assinada por todos, com vista ao exercício do direito de petição dirigido à Assembleia da República. ----------

---------- Não estava uma proposta de resposta ao ofício remetido ao Senhor Presidente, Vice-Presidente, Vereadores com pelouro, sem pelouro etc.. Eram duas coisas distintas, a Assembleia Municipal ia dar uma resposta oficial, assinada conjuntamente com os contributos dos diferentes grupos políticos para a Assembleia Distrital de Lisboa, por isso esperava que a Câmara Municipal ao perceber que seria uma boa prática, que apresentasse uma proposta de oficio que

não se encontrava, interrompendo o **Senhor Vice-Presidente** para dizer que isso irá ser feito, salientando a **Senhora Vereadora Alexandra Moura** que isso o Senhor Vice-Presidente não tinha informado, o Partido Socialista não adivinhava, mas ficava muito contente que pudesse ser feita na mesma linha, que a da Assembleia Municipal, porque também reforçava a união entre os dois órgãos, Assembleia Municipal e Câmara Municipal.----------

----------Por outro lado, e relativamente a isso, o Partido Socialista entendia que as Assembleias Distritais, hoje em dia, não faziam sentido, era bom senso e a questão estava nos termos em que se estavam a pronunciar sobre esse projeto de Lei, apesar de essa discussão ter que se realizar. Percebia a urgência, mas a verdade é que combinaram a reunião para hoje, leu a proposta, mas ficou com algumas dúvidas. Terá que falar com quem saiba de Legislação, atendendo que não existiu uma apresentação por quem fez a proposta de deliberação, de modo a perceber aquilo que era o universo e o que estava a ser apreciado, que era esse projeto de Lei.----

----------De seguida, usou a palavra a **Senhora Vereadora Madalena Castro** que disse que não conseguia ser tão eloquente como a sua colega a Senhora Vereadora Alexandra Moura, mas também considerava que deveria ser preparada uma resposta da Câmara, em conjunto e gostaria de deixar expressa a sua posição política, que não refletiu com o grupo, mas como teve que se dirigir a algumas reuniões à Assembleia Distrital, acerca de catorze ou quinze anos, já nessa altura não fazia sentido e hoje também não fará.----------

----------Na sua opinião, os trabalhadores, sejam cantoneiros, sejam arqueólogos, sejam engenheiros, sejam juristas, tinham o direito a receber até ao momento em que não for rescindido o contrato. Era uma questão de princípio.----------

----------Só percebeu a carta que foi apresentada, devido a uma angústia profunda, porque também esteve desempregada ao mesmo tempo que o seu marido, estiveram sem vencimento durante dois anos, em setenta e cinco e setenta e seis e sabia o que era gerir uma família sem ordenado ao fim do mês, portanto, os termos em que fizeram só podia estar imbuindo de um

grande espírito de revolta, que achava que nem sequer se devia manter. ----------

---------- A Senhora Vereadora Alexandra Moura já tinha referido, corroborava a sua intervenção e devia ser preparada uma resposta conjunta, que fosse consensualizada, eventualmente, no grupo de trabalho que poderá ser constituído, acrescentando que qualquer moção que venha para aprovação da Câmara, deverá ser para liquidar os compromissos que existiam até se extinta da Assembleia Distrital de Lisboa, pois não lhe passava pela cabeça que os municípios que não cumprissem e não pagassem os vencimentos a quem tinha direito, porque quem estava nessa situação, não tinha ordenado, mas também não tinha fundo de desemprego. ---

---------- Era uma situação extremamente grave para quem tinha compromissos, aliás todos sabiam que com o fundo de desemprego a pessoa geria a vida, com oitocentos ou novecentos euros, mas quem não recebia nada, não tinha nada para gerir. Eram situações muito difíceis, de modo que sugeriu que para a próxima reunião de Câmara isso estivesse devidamente consensualizado ----------

---------- O **Senhor Vereador Marcos Sá** realçou esse ponto focado pela Senhora Vereadora Madalena Castro, pois achava que era determinante, era uma questão de princípio, e as pessoas nos princípios não deviam prevaricar, aliás existia uma carta que foi enviada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, no dia um de abril de dois mil e catorze, ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital de Lisboa, exatamente porque a Assembleia Distrital enviou para parecer da Câmara Municipal de Oeiras o Projeto-Lei relativo a essa matéria, por isso o Senhor Presidente já manifestou a sua posição sobre esse assunto.----------

---------- As questões que estavam na proposta relativamente ao compromisso, por parte do Município de Oeiras, para garantir que esses funcionários, sejam dois, três, ou quatro, recebam os seus salários, não pode ser esquecida, porque não podiam existir situação dessas, nem as pessoas podiam estar sujeitas a esse tipo de situações, num estado de direito, portanto, quando resolverem o problema desses funcionários públicos, julgava que eram funcionários públicos, o

Estado terá que o resolver, com certeza que depois os Municípios irão fazer contas relativamente a essas matérias, sobre aquilo que pagaram e que não deveriam ter pago na devida altura, concluindo que não podiam deixar que esse tipo de coisas acontecessem, por questões de princípios e também por questões de consciência.----------

----------O **Senhor Vereador Ricardo Rodrigues** achou que devia ser feito o que foi sugerido pela Senhora Vereadora Alexandra Moura.----------

----------O Município de Oeiras, segundo viu no documento, só devia as quotas relativas a dois mil e catorze, retorquindo o **Senhor Vice-Presidente** que não havia quotas em atraso, volvendo o **Senhor Vereador Ricardo Rodrigues** que podiam pensar se deviam pagar no fim do ano ou no início, não sabia se estava em atraso ou não, não sabia qual era a marcação ou qual era o acordo, se era em janeiro se era em dezembro, portanto, não sabia se estava em atraso ou não, o certo é que no outro dia se falou no pagamento de subsídio de férias, integralmente, que acha muito bem, porque se estava a cumprir a Lei, se a Lei dizia que se devia pagar, tinha que se pagar, nesse caso era a mesma coisa, a Lei era muito clara, se não prestava, não servia, deveria ser mudada, mas era a Lei que existia, e a Lei que existia era muito clara. ----------

----------Os trabalhadores não recebiam porque os Municípios não estavam a pagar aquilo que lhes competia, portanto não deviam fazer uma "maquilhagem". Os trabalhadores eram quatro, três trabalhadores e a diretora de serviço, que pelos vistos não tinha recebido para pagar aos funcionários e este mês não terá hipótese, acabou-se o "saco" e agora ninguém recebia.----------

----------Também era contra as Assembleias Distritais, não só essas, até as dos partidos, porque estavam mal feitas, mas a Lei existia. Compreendia o IOMAF ao querer fazer uma petição para a Assembleia da República, porque não tinha deputados na Assembleia da República, os independentes e cívicos ainda não tinham essa possibilidade na Lei, Deus queira que tenham um dia, pois era favorável a isso. ----------

----------Não podiam pôr o problema nas costas dos outros, quando esse problema era da

Câmara, por incumprimento, concluindo que se estavam tão preocupados com os quatro trabalhadores, deveriam resolver a situação, pagando, porque assim irão receber de certeza.

---------- .O **Senhor Vice-Presidente** disse que irão preparar a tal resposta para a próxima reunião de Câmara. Se não for a tempo ficará para a outra reunião.----------

---------- O **Senhor Vereador Ricardo Rodrigues** disse que a Câmara pagava catorze mil euros por ano e não tinha assim tantas dificuldades que não pudesse pagar o que lhe competia, as responsabilidades dos outros, de Cascais, da Amadora, de Sintra, de Loures, de Vila Franca era com eles, mas com os catorze mil euros da Câmara de Oeiras, esses trabalhadores, este mês, receberão ordenado.----------

---------- Falaram em consciência na Câmara Municipal, falaram na Assembleia Municipal em consciência. Essa era a consciência, se mandasse pagava a quota-parte para os trabalhadores o receberem. Era isso que devia ser feito, assim como deveria ser feito um estudo, informando qual era a posição de todos os Municípios na Área Metropolitana de Lisboa, para tentar concertar, já que se vai concertar na área dos transportes, também devia ser concertado sobre essa situação. ---

---------- Continuando, disse que a situação era muito clara, os trabalhadores só não recebiam se os Vereadores não quisessem, porque se quisessem, poderiam votar já uma proposta de deliberação para pagamento dessa dívida da Câmara, estava disponível e com certeza que os seus companheiros de partido e de vereação também estavam disponíveis para votar e os trabalhadores recebiam este mês o ordenado.----------

---------- O **Senhor Vice-Presidente** disse que iria tentar elaborar essa tal proposta conjunta e procurar também o tal consenso dentro da Área Metropolitana de Lisboa com as outras Câmaras Municipais em relação a essa matéria. ----------

---------- **O Senhor Vereador Ricardo Rodrigues** interpelou se a proposta poderá ser elaborada para a próxima reunião, para pagamento dessa mesma dívida de catorze mil euros da Câmara a esse organismo que era para extinguir. ----------

----------Estava de consciência tranquila, achava que deviam pagar e depois discutir, porque tinham que discutir, tendo a "barriga cheia" e com moral, porque já tinham pago.----------

.----------.O **Senhor Vice- Presidente** informou que a Câmara não estava em atraso.----------

----------A **Senhora Vereadora Alexandra Moura** disse que alguém estava a falhar com a verdade, porque o ponto número dois dizia:" mesmo sabendo da licitude desse comportamento e sobretudo tendo conhecimento dos graves prejuízos que essa atitude está a causar aos trabalhadores de hoje da Assembleia Distrital e Lisboa, apoia, (era uma pergunta que lhe fizeram a ela, como fizeram a todos) a decisão do município em continuar a não pagar as contribuições em causa impedindo que sejam pagos os salários…" a carta referia claramente em continuar a não pagar. Era uma afirmação da parte deles. ----------

----------O **Senhor Vice-Presidente** disse que o Município ainda não decidiu nada em relação ao não pagamento. ----------

----------Esta proposta, por decisão do Senhor Vice-Presidente que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião.----------

----------Nesta altura saiu, definitivamente o **Senhor Vereador Ângelo Pereira**.----------

5 - PROPOSTA Nº461/14 - DGO - UTILIZAÇÃO DO DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL - REDUÇÃO DO PREÇO:----------

----------I - O Senhor Vice-Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta, subscrita pelo Senhor Presidente: ----------

----------"Primeiro - Introdução: ----------

----------Interpelada a Câmara Municipal, pela Sociedade "Endemol, Portugal, Limitada", pessoa coletiva número quinhentos e três milhões cento e setenta e seis mil quinhentos e trinta e dois, para a possibilidade da utilização dos Jardins do Palácio Marquês de Pombal, com uma redução do preço pela locação do espaço, para a realização de filmagens no âmbito do programa "Rising Star", a difundir na TVI, no dia dezanove de junho, na medida em que o evento tem uma

grande audiência de telespetadores. ----------

---------- Segundo - Análise:----------

---------- Tendo em vista os substanciais benefícios auferidos pela divulgação e difusão da imagem institucional deste Município e do espaço municipal onde decorreram as filmagens, por tratar-se de um bem imóvel do domínio privado municipal, cuja remuneração pela utilização por e para fins privados se encontra submetido ao regime do preço, autorizou-se, a utilização para filmagens dos Jardins do Palácio Marquês de Pombal.----------

---------- Por força do disposto na alínea e), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, dois mil e treze, de doze de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais (doravante RJAL) que refere competir à Câmara Municipal "Fixar os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais (…)", e desde logo o seu regime regulamentar, conjugado com o artigo trigésimo nono, do Regulamento de Permissões Administrativas, Taxas e Outras Receitas, doravante RPATOR, que atribui à Câmara a competência de deliberar sobre a redução do preço "Mediante deliberação da Câmara Municipal, podem ser objeto de isenção ou redução o pagamento de preços e demais receitas devidas por serviços prestados ou bens fornecidos em gestão direta ou indireta, tais como a cedência de espaços, venda de bilhetes, publicações, conjuntos de dados geográficos ou outras situações devidamente fundamentadas", considera-se dever ser autorizada, a título excecional, a redução do preço pela locação do espaço, em cinquenta por cento, cujo preço está previsto na alínea b), do número dois, do artigo quinto, da parte segunda - Preços e Outras Receitas. ----------

---------- No entanto, tendo em consideração que os pedidos de utilização e de redução do preço pela utilização deste espaço municipal foram solicitados em momento que inviabilizou a submissão deste pedido a tempo de serem submetidos a reunião de Câmara, o signatário autorizou a redução do preço, por meio de despacho, atendendo à excecionalidade da situação.---

---------- Assim, nos termos do disposto no artigo trigésimo quinto, número três, do RJAL,

submete-se para ratificação da Câmara Municipal a autorização de redução de preço, na primeira reunião de Câmara realizada a seguir à prática deste ato, sob pena de anulabilidade. Tendo em consideração que, no dia vinte de junho de dois mil e catorze, se realizará uma reunião de Câmara extraordinária e que o artigo trigésimo quinto, número três, do RJAL impõe que este ato seja objeto de ratificação por parte do órgão municipal competente, sob pena de anulabilidade, submete-se a presente proposta de deliberação com vista à sanação deste vício. ----------

----------Terceiro - Fundamentação Legal e/ou Regulamentar:----------

---------- Artigos trigésimo terceiro, número um, alínea e) e trigésimo quinto, número três, ambos do RJAL. ----------

---------- Artigo trigésimo nono, do Regulamento de Permissões Administrativas, Taxas e Outras Receitas do Município de Oeiras.----------

----------Quarto - Proposta: ----------

----------Pelo exposto, propõe-se ao Executivo Municipal que com fundamento da excecionalidade ratifique o despacho do signatário, nos termos do disposto no número três, do artigo trigésimo quinto, do RJAL.” ----------

----------II - O **Senhor Vereador Ricardo Barros** disse que solicitou aos Serviços para fazerem a proposta, porque muitas vezes surgiam situações de estações de televisão que pediam à última da hora para fazerem filmagens. Desconhecia a razão, ou porque pediam para certa filmagem ser inserida, ou porque lhes falhavam imagens, o certo é que surgiam várias vezes pedidos dessa natureza. ----------

----------Na prática muitas vezes, os Serviços eram confrontados quase com um pedido de hoje para amanhã e tinham que tomar uma decisão. Como era sabido as reuniões de Câmara eram de quinze em quinze dias e se for no dia a seguir ao da reunião, só tornará a haver reunião de Câmara passados quinze dias, por isso tinham que optado por o fazer.----------

----------A Senhora Vereadora Madalena Castro, certamente terá alguma coisa a dizer, porque

existiam filmagens nos jardins e nos parques, que obedeciam da autorização da Senhora Vereadora. ----------

---------- Existiam outros locais, para os quais era chamado a decidir sobre essa matéria, dando o exemplo do mercado de Algés, pois tiveram inúmeros pedidos de filmagens. ----------

---------- Por norma as estações televisivas ou as produtoras ofereciam alguma contrapartida, ou seja, aparecer a denominação da Câmara Municipal de Oeiras enquanto entidade que apoiava, e nesse sentido solicitavam a isenção. ----------

---------- Entendia e a proposta ia nesse sentido, que um produtor de qualquer espetáculo televisivo terá um cris comercial, e tinham que assumi-lo, porque existiam determinados programas que depois tinham publicidade.----------

---------- Em vez da Câmara, sistematicamente, autorizar e isentar, colocando o apoio dado pela Câmara Municipal de Oeiras, poderia ser adotada uma outra metodologia, acrescentando que a proposta ainda não estava elaborada nesse sentido, mas se o Executivo estiver confortável com essa questão, poderá ser criada uma metodologia para o futuro, que poderá ser exposta em reunião de Câmara, através de uma proposta de deliberação que diga que permita, automaticamente, fazer uma redução de cinquenta por cento, desde que o apoio ao Município esteja expresso no evento. ----------

---------- No caso em apreço era pedida uma redução ou uma isenção e optou por trazer uma redução, mas com a contrapartida de colocarem na mesma o apoio do Município de Oeiras.-------

---------- A **Senhora Vereadora Madalena Castro** disse que com a explicação dada pelo Senhor Vereador não terá qualquer tipo de questões, porque ficou tudo esclarecido. ----------

---------- O **Senhor Vereador Ricardo Barros** disse que era positivo ter uma posição conjunta, porque isso surgia com frequência e não haverá tempo de trazer à reunião de Câmara uma proposta nesse sentido e poderiam perder oportunidades, por eles perderem o interesse.------

---------- A Câmara terá que ter uma posição consensual sobre essa matéria e sempre que haja

a oportunidade de aparecer a marca Oeiras por parte de qualquer produtora televisiva, os Serviços estarem confortáveis sobre a redução dos cinquenta por cento. ----------

----------No uso da palavra o **Senhor Vereador Marcos Sá** disse que existia um exemplo sobre essa matéria, porque a Câmara Municipal de Lisboa tinha muitas solicitações nessa área, e pensava que poderia ser uma boa base de trabalho para depois adaptar para a realidade de Oeiras.

----------A **Senhora Vereadora Alexandra Moura** disse que gostaria de perceber qual era o impacto que isso tinha ou não nas contas.----------

----------Escrever na proposta se era de facto insignificante, porque não fazia sentido sempre que houver um pedido de isenção ter que trazer uma proposta de deliberação para dizer que se concordava ou não. Fazia sentido existir um conjunto de regras aprovadas em reunião de Câmara e aplicá-las sempre que houver um pedido. ----------

----------O **Senhor Vereador Ricardo Rodrigues** disse que concordava com o que disse a Senhora Vereadora Alexandra Moura e devia ser feito um levantamento dos últimos dois anos, para saber quanto é que isentaram as televisões. ----------

----------O **Senhor Vereador Ricardo Barros** explicou que noventa por cento das vezes não eram as estações de televisão, eram as produtoras, mas estava presente a doutora Vera Carvalho que conhecia bem a problemática da situação e se for preciso dará mais algum esclarecimento.---

----------O **Senhor Vereador Ricardo Rodrigues** indagou se era possível fazer o levantamento, pois já devia ter existido levantamentos mais difíceis e foram feitos, esse também era possível, mesmo com os produtores, ou com os semi-produtores, era possível, porque uma coisa era certa, até hoje, nenhuma empresa de filmagens deixou de filmar no Concelho, porque foi autorizado antes de vir à Câmara a proposta. ----------

----------Tinha a certeza que se vier à Câmara uma proposta bem-feita, bem pensada, todos votarão a favor, porque estar a isentar empresas que estavam entre as mil empresas de Portugal que davam mais lucro e cobrar taxas a pessoas que não podiam, não podia ser, razão por que,

tendo interesse na imagem do Concelho, pediu para fazer um levantamento e saber quanto é que foi isentado num espaço de dois anos e perceber se a Câmara perdeu uma receita de dois mil euros, de cinco mil euros, ou de quinhentos euros, não interessava, porque assim é que era bem feito, de qualquer maneira o Senhor Vereador Marcos Sá disse uma coisa muito interessante, se Lisboa tinha porque era filmada, era de aproveitar e pelo menos adaptar.----------

---------- O **Senhor Vereador Ricardo Barros** disse que iria solicitar aos serviços, para tentarem fazer esse apanhado, embora tivesse consciência que não será uma tarefa fácil.----------

---------- Quanto à questão relacionada com o anúncio publicitário, não entendia que tivesse que ser isento, porque era puramente uma questão comercial, quando falava numa redução da taxa, falava porque também existia um valor inatingível que não se conseguia medir, que era o valor da publicidade, quanto é que valia aparecer na televisão a marca Oeiras. ----------

---------- Não conseguiam medir, nem conseguiam medir o impacto, porque como sabiam, isso também tinha a ver com as alturas em que eram passados os programas, o horário nobre ou não nobre, mas conseguiam aferir, ou tentar aferir aquilo que foram as verbas isentadas ou pagas.-----

---------- Quando se falava numa redução de cinquenta por cento não conseguiam aferir o que é que valia depois o retorno em termos de marca.----------

---------- Ao analisar essa problemática, se calhar, deviam analisá-lo na globalidade e perceber se a nossa tabela de taxas, até em comparação com outros municípios, estava ou não adequada aquilo que era os preços de mercado. Isso valerá a pena ver, e até se for caso disso, propor uma alteração, mas servia exclusivamente para isso. O Senhor Vereador não podia confundir essa sua pretensão de trazer à Câmara Municipal uma proposta genérica para a possibilidade de uma redução sempre que a marca Oeiras aparecesse, com aquilo que poderá ser uma necessidade de revisão da tabela de taxas. ----------

---------- O **Senhor Vereador Marcos Sá** disse que era uma excelente ideia em relação à tabela de taxas, achava que era importante que se olhasse com alguma objetividade,

principalmente, porque estavam sempre a cometer aquele erro, ou seja, ter uma tabela e depois não a pôr em prática, porque existia muita injustiça e com isso muita gente estava a ganhar dinheiro e o Município a perder dinheiro quando isentava taxas, portanto era preciso ter regras muito claras, concluindo que será muito interessante ver o que é que os outros Municípios faziam em relação a essas matérias.----------

----------III - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.---------

6 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:----------

----------Às dezanove horas e trinta minutos, o Senhor Vice-Presidente declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que vai ser por si assinada e pela Chefe da Divisão de Gestão Organizacional. ----------

O Vice-Presidente,

A Chefe de Divisão